

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

PRÁXIS TERRITORIAL DA CPT NO CARIRI CEARENSE: UMA ANÁLISE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DE ATINGIDOS POR BARRAGEM

Joalysson Severo Batista¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7235-9774>
Cláudio Ubiratan Gonçalves² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0777-4506>

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil**

Artigo recebido em 27/11/2023 e aceito em 12/12/2023

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir os conflitos sociais em torno de implantação de barragens na região do Cariri Cearense entre as décadas 1990 e 2000 e compreender a atuação territorial da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como processo de resistência junto às comunidades atingidas. Nesse contexto, discutiremos duas principais obras de açudagem que foram desenvolvidas na região e que provocou o deslocamento de dezenas de famílias, sendo o açude Cachoeira, implantado no município de Aurora, onde o processo ocorreu entre os anos de 1998 e 2000, e o açude do Rosário, situado no distrito de Quitaiús, município de Lavras da Mangabeira, onde o processo de construção iniciou nos anos 2000 e concluiu em 2001.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra; Cariri cearense; práxis territorial; movimentos socioterritoriais.

CPT'S TERRITORIAL PRAXIS IN CARIRI CEARENSE: AN ANALYSIS OF THE SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS OF THOSE AFFECTED BY DAMS

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the social conflicts surrounding the implementation of dams in the Cariri region of Ceará between the 1990s and 2000s and to understand the territorial actions of the Pastoral Land Commission (CPT) as a process of resistance with the affected communities. In this context, we will discuss two main dam projects that were developed in the region and caused the displacement of dozens of families: the Cachoeira dam, in the municipality of Aurora, where the process

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco-(UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Batista de Minas Gerais -FBMG (2019). Possui graduação em História pela Universidade Regional do Cariri -URCA (2016). Pesquisa na área de História, com ênfase em história oral, resistência camponesa e movimentos sociais de "atingidos por barragem", E-mail: joalyssonsevero@gmail.com

** Professor da Universidade Federal de Pernambuco (Graduação e Pós-Graduação). Membro do Grupo de Trabalho do CLACSO Pensamiento Geográfico Crítico Latinoamericano desde 2016. E-mail: biragrario@gmail.com

took place between 1998 and 2000, and the Rosário dam, located in the district of Quitaiús, in the municipality of Lavras da Mangabeira, where the construction process began in 2000 and ended in 2001.

Keywords: Pastoral Land Commission; Cariri, Ceará; territorial praxis; socio-territorial movements.

PRAXIS TERRITORIAL DE LA CPT EN CARIRI CEARENSE: ANÁLISIS DE LOS MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES DE LOS AFECTADOS POR LAS PRESAS

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es discutir los conflictos sociales en torno a la implantación de represas en la región de Cariri, en Ceará, entre las décadas de 1990 y 2000, y entender las acciones territoriales de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) como un proceso de resistencia con las comunidades afectadas. En este contexto, discutiremos dos de los principales proyectos de represas que se desarrollaron en la región y que provocaron el desplazamiento de decenas de familias: la represa de Cachoeira, en el municipio de Aurora, donde el proceso tuvo lugar entre 1998 y 2000, y la represa de Rosário, ubicada en el distrito de Quitaiús, en el municipio de Lavras da Mangabeira, donde el proceso de construcción comenzó en 2000 y finalizó en 2001.

Palabras-clave: Comisión Pastoral de la Tierra; Cariri Ceará; praxis territorial; movimientos socioterritoriales.

INTRODUÇÃO

As discussões envolvendo temas como religião, diferentes visões de mundo e movimentos socioterritoriais no campo são temáticas cada vez mais presente nos debates das ciências humanas nas últimas décadas, , desde o campo da sociologia, história e da geografia, sobretudo os debates que envolvem a subalternização das classes populares pelas ações do capital em prol de uma perspectiva desenvolvimentista e de progresso, gerando conflitos agrários em torno do território e a forma de conviver e compreender a relação sociedade-natureza. Esses debates relacionando movimentos sociais e religião tiveram grande repercussão na América Latina, sobretudo a partir dos anos de 1950 com o processo de industrialização de países como o Brasil e que provocou uma intensa onda de migração do campo para a cidade e, conseqüentemente, precarização da vida de milhares de pessoas, provocando uma mudança radical no panorama social do país.

Essas alterações sociais foram motivos para que vários movimentos sociais eclodissem no Brasil, grupos que lutavam por melhores condições de vida. Dentre esses movimentos, destacando as ações de autoridades relacionadas à igreja Católica que, buscando lutar contra a

acentuação da pobreza e más condições de vida em que parte da população se encontrava, passaram a praticar o cristianismo social, numa busca pela libertação das opressões, e que posteriormente seria fundamental para a formação a Teologia da Libertação.

Esse fenômeno da Libertação que, como bem destacou o sociólogo Josué Medeiros, foi um movimento tão forte que se tornou mais amplo que a Igreja Católica, passou a influenciar lutas contra as opressões por todo o Brasil até a contemporaneidade, impulsionando grupos sociais na luta por direitos, atuando na formação de comunidades rurais e despertando instituições ligadas à Igreja Católica que enxergavam na luta contra as injustiças sociais uma forma de se manter conectados aos ensinamentos bíblicos como, por exemplo, a formação da Comissão Pastoral da Terra, movimento social que surgiu de dentro da Igreja Católica e que tinha como principal objetivo a atuação junto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo na luta contra a desigualdade social, sobretudo, na contradição presente entre a utilização da natureza para os camponeses e camponesas e a forma de exploração a partir da lógica capitalista.

É a partir da discussão sobre a Comissão Pastoral da Terra que se apresenta a temática desse artigo, fazendo análise de sua práxis a partir de uma espacialidade específica, a região do Cariri cearense. Nosso trabalho consiste em analisar e discutir a atuação da Comissão Pastoral da Terra frente à uma das políticas públicas mais controversas implantadas no Estado Ceará ao longo das décadas de 1990 e 2000, a construção de reservatórios hídricos em territórios tradicionais, e compreender como essas políticas, que surgiram com o discurso de melhorias para as populações situadas no “sertão seco e quente” passaram a destruir comunidades camponesas, desterritorializando diversos grupos ao longo do Estado. A atuação da Comissão Pastoral da Terra junto aos movimentos de atingidos por barragem, nesse contexto, tinha como objetivo a luta pela manutenção dos territórios camponeses, a preservação das identidades e simbologias que representam a territorialidade dos grupos.

Dessa forma, esse trabalho engloba uma série de discussões que envolvem desde a questão do território como representação da comunidades camponesas, analisando ainda ação do Estado como forte agente do capital na modificação da forma de viver dos camponeses, desterritorializando-os e, conseqüentemente, implicando em uma forma de vida urbana, transformando os camponeses em trabalhadores urbanos, com a submissão de trabalhos precários e baixa remuneração e, ainda, a relação entre grupos católicos e movimentos socioterritoriais, compreendendo o envolvimento desses grupos na luta contra a exploração das pessoas e também da natureza.

UMA IGREJA DA LIBERTAÇÃO

Para iniciar nossa discussão acerca da práxis territorial da Comissão Pastoral da Terra junto aos movimentos sociais de atingidos por barragem no Cariri cearense é importante compreender a trajetória dessa Comissão que, como já mencionado no texto, surgiu de dentro da Igreja Católica e que tem como foco a luta social, compreender o contexto social em que o país se encontrava e qual a importância da Teologia da Libertação nesse processo de luta desenvolvida pela Comissão Pastoral da Terra.

A CPT, sigla que se utiliza comumente para se referir à Comissão Pastoral da Terra, faz parte de uma trajetória de incentivo aos movimentos sociais ativos que acontecem no Brasil desde meados do século XX, sobretudo com o advento da implantação do capitalismo industrial no Brasil. Alguns fatores são relevantes para se entender a guinada de parte da Igreja Católica no tocante a luta em favor do oprimidos: a acentuação da pobreza provocada pelo processo de industrialização, somando a um avanço das ligas camponesas e, conseqüentemente provocando ameaça sobre o poder de influência, principalmente tanto na cidade como no campo, fizeram com que parte da Igreja buscassem um maior engajamento nas lutas sociais, percebendo na luta dos oprimidos uma causa a ser abraçada.

Embora busquemos compreender essa inserção da instituição Igreja Católica nos movimentos sociais no Brasil, é importante salientar a percepção da instituição desde muito tempo com adaptação às mudanças sociais. A Igreja está intimamente conectada ao contexto político, dessa forma, toda e qualquer mudança que ocorre na sociedade reflete e influencia em seu posicionamento. Tomemos como exemplo a formação da *Ação Católica*, movimento que surgiu na Itália no final do século XIX, e que posteriormente influenciou a criação da *Ação Católica Brasileira (ACB)*, como resposta à perda de poder sofrida pela Igreja após a unificação do país, ocorrida em 1870.

É verdade que essas mudanças vivenciadas pela instituição Igreja não se dar em consenso. Essas transformações geram atritos e por parte de alas divergentes. No Brasil, a formação de grupos que buscavam a luta em favor dos pobres, a exemplo da *Ação Católica Brasileira (ACB)* e da *Juventude Universitária Católica (JUC)*, outro movimento que seguiu o viés da libertação (ainda que embrionário), provocaram um rompimento entre membros da Igreja brasileira, havendo uma ala mais progressista, que apoiava uma ação mais efetiva para com os operários, os camponeses, e uma ala conservadora, que defendia os interesses mais elitistas e uma passividade por parte da instituição. Esse rompimento fez que com que, cada vez

mais, essa ala progressista buscasse apoio popular para com suas ações, ao que o cientista político Scott Mainwaring denominou de ação popular, em seu trabalho sobre a relação da Igreja Católica Brasileira e política. De acordo com o autor:

A Ação Popular expressava a tentativa dos católicos para criar uma sociedade justa quando já se tornara mais difícil que tal tentativa ocorresse dentro das estruturas da Igreja. Na medida em que surgiam as desavenças depois de 1961, muitos líderes da JUC quiseram criar um movimento novo inspirado no cristianismo, mas fora da Igreja, porque se sentiam constrangidos por ela. Acreditava-se serem mais eficazes politicamente se atuassem como um movimento autônomo. (MAINWARING, 2004, p.86)

Com isso, cada vez mais essa ala progressista da Igreja Católica Brasileira, com as ações chamada Ação Popular, se distanciava do tradicionalismo e se inseria na luta social contra as injustiças ocasionadas pelo capitalismo, ganhando notoriedade por parte da sociedade civil, chegando a ser assimilado com partidos políticos de esquerda da época. Dessa forma, embora sua dimensão populosa não fosse expressivamente grande, chegando a ter cerca de 3.000 membros, *a AP rapidamente tornou-se uma das três maiores organizações de esquerda na política brasileira, juntamente com o PCB e PC do B.* (WAINWARING, 2004, 86). Esses movimentos contribuíram para uma prática muito forte dentro da Igreja, a quebra de obediência hierárquica, sendo outro fator que impulsionou essa guinada de parte de integrantes da Igreja para os conflitos sociais e, conseqüentemente, a formação da Igreja Popular.

O surgimento da Igreja Popular no Brasil foi fundamental para a aproximação dessa ala progressista da Igreja e a classe trabalhadora brasileira, principalmente os camponeses, o desenvolvimento de uma educação popular visando não só passar conhecimentos para os camponeses, mas também aprender e valorizar sua cultura, seus conhecimentos. Essa “nova” Igreja surgiu no momento mais crítico da política brasileira, marcada pelo início da ditadura militar e suas conseqüências, como a abolição de partidos políticos, a cassação de políticos, a prisão e mortes de militantes de esquerda, a perseguição às lideranças dos movimentos das Ligas camponesas. Vale lembrar que nesse contexto, a cisão entre os setores da Igreja já estava evidente, mostrando, inclusive, que a ala mais conservadora da Igreja se mostrou a favor do golpe no país, tendo apoiado manifestações marcantes no Brasil, como a “*Marchada família com Deus pela liberdade*”, que ocorreram entre os meses de março e junho de 1964, como também se expressando através de um manifesto público por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em apoio ao golpe, ao afirmar que:

“Atendendo à geral e angustiada expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram a tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra... Ao rendermos graças a Deus, q atendeu as orações de brasileiros e nos livrou

do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação”. (MAINWARING, 2004, p. 102)

Com a instauração da ditadura no Brasil as lutas camponesas se intensificaram, lutando por direitos, inclusive com algumas guerrilhas armadas, o que associou a luta aos movimentos de esquerda que ocorria na época, sobretudo os acontecidos em Cuba. Esse crescimento por parte de movimentos contra o regime no país fez com que a Igreja agisse contra essa expansão que estava afetando o seu poder de influência sobre essa camada da sociedade.

Um fato curioso que nos chama atenção nesse período de início de ditadura militar no Brasil é que pelo fato de a Igreja ser afetada pelo avanço das lutas comunistas, até mesmo alguns membros da ala progressista, engajados com a doutrina social, foram incentivadores dessa tomada de poder, embora tempos depois reconhecessem seu engano ao apoiar o Estado, ao afirmar que: “*eliminar as causas da desordem não poderia justificar a violência e a tirania*”. Muitos padres e bispos que passaram a atuar no campo na tentativa de fortalecer a influência e o poder da Igreja sobre grupos da sociedade foram acusados pelo regime militar de comunistas e acusados de praticarem a desordem social.

Dois eventos foram marcantes para solidificar essa força política desenvolvida pela Igreja progressista e a teologia da libertação na América Latina, sobretudo no Brasil, base para a luta contra as injustiças sociais desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra: O concílio Vaticano II, que aconteceu na Basílica de São Pedro no ano de 1962 e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, que ocorreu em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968.

O fato é que esses movimentos impulsionaram cada vez mais a aproximação da Igreja Católica às comunidades rurais com o desenvolvimento de trabalhos de base desde uma educação popular, valorizando os saberes comunitários, como também a formação de pastorais em comunidades. Acerca das discussões sobre pastorais, o teólogo Gustavo Gutiérrez afirma que essa se define a partir de dois princípios: *a realidade social* na qual a Igreja está inserida, estabelecendo um diálogo entre ação e reação, e *a inteligência da fé*, as exigências evangélicas, a maneira como esse evangelho é empregado a partir de um dado contexto social. Gutiérrez ainda destaca as características das pastorais da América Latina onde, segundo Iokoi (1996), foi considerada como um vulcão em erupção para o teólogo. Nesse sentido, Gutiérrez estabelece diferentes linhas de pensamentos que representam a atuação das pastorais na América Latina, sendo:

a) *Pastoral da Cristandade*, definida não como um conceito, mas como um período histórico que se inicia com a conversão de Constantino até o nascimento da Idade

Moderna... Seu traço central é a concepção de que há uma unanimidade cristã e que outras religiões são exceções limitadas.

b) *Pastoral da nova cristandade*, nascida no século XIX, se fundamenta pela necessidade de criação de instituições pastorais cristãs, tais como partidos políticos, institutos de formação de operários e camponeses, sindicatos, etc... nessa concepção, a Igreja Católica se considera uma força espiritual que paira acima do Estado. Por ela é preciso revitalizar instituições que nasceram na pastoral da Cristandade.

c) *Pastoral da maturidade da fé* nasce como reação à nova cristandade por considerá-la extremamente vinculada a setores sociais dominantes. Assim, acreditando ser preciso investir na formação de uma elite de cristão maduros, adultos, portanto capazes de se tornarem livres.

d) *Pastoral profética*. Essa pastoral percebe a necessidade de recuperar os homens que estão fora da Igreja, em virtude da dispersão religiosa existente no continente latino-americano... procura recuperar a afirmação da salvação universal, especialmente a que permita redefinir a missão da Igreja no mundo, qual seja, a de viver radical e coerentemente as exigências sociais do Evangelho. (IOKOI, 1996, p.27-28)

Apesar de termos características diversificadas e até mesmo reações à pensamentos divergentes, é importante destacar que, na América Latina, esses pensamentos não se deram de forma unificadas, podendo encontrar em um só grupo dois ou mais pensamentos pastorais mencionados logo acima. De acordo com Iokoi (1996), Gustavo Gutiérrez chama a atenção para duas linhas pensamentos pastorais, *a pastoral profética e a pastoral da maturidade da fé*, pelo fato de estas buscarem uma maior proximidade do contexto social das comunidades, procurarem realizar ações humanas concretas a partir da inserção social.

Concordamos com a definição de pastorais descritas por Gutiérrez, assim como também entendemos que não há como perceber essas definições puras em ações concretas na América Latina, porque ao analisar as ações desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra, é possível perceber, mesmo que em diferentes graus, características de três pastorais apresentadas pelo teólogo, embora suas ações estejam mais representadas na definição de pastoral profética.

A GÊNESE DA PASTORAL QUE LUTA PELA TERRA

As próximas linhas escritas nesse trabalho nos levarão ao debate para compreender e discutir acerca da gênese da Comissão Pastoral da Terra, seu surgimento enquanto grupo e seu engajamento nas lutas populares pela terra. A partir de leituras baseadas em livros publicados pela própria CPT, bem como artigos e trabalhos de dissertações de mestrado e teses de doutorados, fomentaremos o debate que nos ajudarão a entender esse processo de nascimento da CPT, quando e como fora fundada essa Comissão que nasceu no cerne da Amazonia e se

espalhou por todo o Brasil, tendo como principal objetivo a luta pela preservação da terra e seus recursos naturais como essência para a vida.

A Comissão Pastoral da Terra surgiu no país entre anos de 1974 e 1975 em meio à um contexto sociopolítico marcado pela repressão militar no Brasil. É importante destacar que no período de 1975 o Brasil estava sob o comando do general Geisel e ainda que o seu governo tenha sido marcado pelo promessa de uma abertura política “*lenta, gradual e segura*”, o país também vivia a forte repressão política marcada pela instituição do controverso AI-5, que obrigou diversos lideranças políticas e religiosas a agirem na clandestinidade, evitando serem cassados ou até mortos pelo regime militar da época.

Embora algumas lideranças religiosas tenham sido perseguidas nesse período, inclusive com prisões de padres e bispos da Igreja, a instituição Católica não sofre repressão por parte do Estado, isso favoreceu o surgimento da Comissão Pastoral da Terra tendo seu nascimento dentro da Igreja Católica. De acordo com Poletto; Canuto:

CPT nasce ligada à Igreja católica porque a repressão estava atingindo até mesmo agentes pastorais, junto com lideranças populares; e porque, além disso, ela continuava muito influente, política e culturalmente. Na verdade, a instituição eclesiástica não fora molestada. Apenas alguns bispos haviam sido reprimidos, e o conjunto do episcopado nem sequer tomou sua defesa. (POLETTTO; CANUTO, 2002, p. 14)

Tal fato pode explicar o porquê de a Comissão Pastoral da Terra, mesmo sendo um grupo repleto de padres e bispos que tinham como objetivo de luta a libertação dos pobres a partir de um viés socialista, conseguiu prosperar diante de um contexto político marcado pela repressão política. Ainda que houvesse no interior da Igreja uma divisão de ideias, a instituição Igreja Católica por muito tempo se manteve aliada aos governos militares no Brasil, isso fez com que a maioria de seus membros fossem poupados da perseguição e repressão do Estado, chegando a ter influência nos governos que se sucederam.

Outro fator marcante durante esse período em que esteve vigente a ditadura militar no Brasil e que proporcionou o desenvolvimento da Comissão Pastoral da Terra foi o crescimento das lutas civis por direitos, organizações que vão desde movimentos estudantis, movimentos sindicais e ainda alguns movimentos organizados no campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG -. Parte da sociedade brasileira estava insatisfeita com tudo que acontecia e lutavam por participação nas decisões políticas e melhores condições de vida, enquanto a Igreja buscava o seu engajamento nessas lutas, principalmente na luta contra as opressões impostas pelo modelo capitalista em que se encontrava o país.

Seguindo os pensamentos da historiadora Zilda Gricoli Iokoi (1996), destacamos que foi no campo que essa Igreja que estamos debatendo encontrou o seu objetivo de luta, a busca pela libertação dos oprimidos frente às injustiças sociais, é a partir de seu engajamento que a Igreja buscaria a renovação do seu sentido enquanto instituição, buscando aprofundar a conexão entre o pensamento bíblico, as ações divinas, e os seres humanos, as ações materiais. De acordo com a historiadora:

Ela (*Igreja católica*) se colocava em algumas realidades como uma instituição aberta a todos e também solidária com o protesto dos pobres, mesmo que essa opção não lhe retirasse os favores do poder... Essa ação encontrou maior significado entre as populações rurais, uma vez que aí, neste setor, encontra-se o centro fulcral das desigualdades, da opressão, da exclusão, da expropriação e da violência, tanto do Estado como da classe dominante. (IOKOI, 1996, p. 25)

Esses fatores são essenciais para a conexão de parte da Igreja católica com as comunidades rurais no Brasil e foi base para o surgimento da CPT. A comissão Pastoral da Terra surgiu enquanto comissão ativa no Encontro da Pastoral da Amazônia, que aconteceu em Goiânia no ano de 1975, em um evento organizado pela CNBB e que tinha como foco às discussões envolvendo as difíceis situações em que se encontravam os trabalhadores rurais e camponeses, sobretudo na Amazônia, marcado pela exploração dos trabalhadores, às péssimas condições de vida em que se encontravam e à expulsão das terras que eram tomadas por fazendeiros da região.

Segundo Poletto; Canuto (2002), dois eventos são essenciais para o nascimento da Comissão Pastoral da Terra: I- *a publicação de três textos pastorais de caráter profético*, onde membros da Igreja Católica, bispos e missionários, denunciaram as péssimas condições de vida em que diversas populações se encontravam, sobretudo nas regiões do Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país, um agravante estabelecido a partir da política de grandes obras da ditadura, conhecida como o *milagre econômico*, e que proporcionou a entrada do capital estrangeiro nessas regiões e, conseqüentemente, a subalternização das pessoas; II – *o desencadeamento de processos de articulação entre os que trabalhavam em pastoral popular*.

Mas, ainda de acordo com autores, é importante entender a relevância das comunidades tradicionais e o poder da massa no processo de formação da Comissão Pastoral da Terra. Ainda que nos anais de discussão sobre a formação da CPT o seu nascimento esteja atribuído aos padres e bispos vinculados à CNBB (o que não deixa de ser uma verdade), os autores consideram essa narrativa muito superficial e chamam atenção para os movimentos e clamores das populações que sofriam com a entrada do capitalismo em seus territórios como crucial para o inconformismo de membros da Igreja. Portanto, para Poletto; Canuto, a CPT tem seu

nascimento marcado pelas lutas camponesas, lutas indígenas, pelos migrantes da terra, os peões e posseiros, pela resistência da mulher camponesa, que reivindicaram e pressionaram suas lideranças eclesiais para o engajamento na luta contra o modelo de produção capitalista em território tradicional.

Desde os seus primeiros anos de existência a Comissão Pastoral da Terra se empenhou em atuar nos mais diversos conflitos no campo envolvendo ações desenvolvidas pelo Estado ou empreendimento capitalistas em territórios de comunidades tradicionais, desde territórios indígenas, comunidades camponesas, posseiros, entre outros grupos. Sua atuação se espalhou por praticamente todos os Estados do Brasil e sempre tendo como base de luta os seguintes princípios: Terra, Direito e Água.

A tabela a seguir representam dados produzidos pela CPT onde destacam os conflitos no campo ocorridos no ano de 1986 no Brasil, detalhando o número de pessoas impactadas, números de mortos nos conflitos e quem desenvolviam essas ações no campo contra as classes populares. Esses dados foram expostos nos cadernos de conflitos de campo que foram elaborados ano a ano pela Comissão e que tinha como objetivo denunciar os casos de omissão do Estado contra as populações rurais.

CONFLITOS DE TERRA/1986

Estado	Número	Famílias	Pessoas	Ha	ASSASSINADOS							AUTORES						
					Agentes Past/Sind.	Trab.	Índio	Ameaçados de morte	Presos	Feridos e torturados	Violên da PM	Violência Pist. e jag.	Civis	Est. Mun. União	Multi-Nacionais	FUNAI	INCRA	
AC	7	221	1105	101.300		1		1			2	3	2	7				
AL	10	4.029	20.145	26.939			1							2				
AM	6	920	7.600	-			4	3						5	3	1	1	1
BA	48	3.129	15.629	125.305		12	2	7	2	26	7	13	50	1	1	2		
CE	96	5.079	25.406	1.272.933		5			22	4	8		1	53	4			
DF	3	430	2.151	-								1			2			
ES	5	822	4.160	-				2					1	2				
GO	52	1.334	6.724	202.598	2	8		67	3	6	10	12	46	12				4
MG	36	1.562	7.674	53.760		11		20	7	11	13	9	40	5			1	
MS	16	6.994	34.971	417.298		3	7	3	5	3	4		7	5			2	
MT	29	2.840	14.202	1.481.511		21		13	27	5	9	6	20	8	1	2	1	
PA	80	6.404	31.884	829.871		12		9	117	26	11	9	75	7			1	1
MA	52	47.183	235.941	1.396.006	1	6		14	36	11	6	14	54	7				
PB	14	523	2.915	39.905		1		2	1			2	2	10				
PE	13	7.543	38.314	7.966				2		3	4		6	3				
PI	6	546	2.730	13.537				2	1		1		5	1				
PR	36	7.086	34.930	25.246				1		14	9	2	17	14			2	8
RJ	25	2.350	10.300	25.056				17	1	6	10	2	22	5	2			
RN	3	8.116	40.580	67.036		1		1		14								
RO	20	2.924	15.861	385.711		3			21		5	3	15	7			3	4
RR	4	1.738	8.690	6.000.000					5		1		2	5				
RS	8	2.153	10.765	12.045					5		3		9	4				1
SE	8	322	1.492	16.597						2			5	1			1	
SC	11	741	3.664	10.336		2			1	4	1		10	5			1	3
SP	46	3.492	16.615	104.991		2		6	2	1	5	7	36	13	1			1
Total	634	118.481	594.448	12.615.847	3	89	14	166	238	142	106	82	497	114	7	16*	24*	

FONTE: Arquivo da CPT

*Os números que indicam o envolvimento da FUNAI e do INCRA são já contabilizados nos Autores "Estado Município União".

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT

Compreendendo as raízes do nosso país, marcada pela colonização escravagista e pela exploração da terra como objeto de lucro, não nos surpreende ao notarmos que o estudo da Comissão Pastoral da Terra contabilizou conflitos em todos os Estados brasileiros da época, em muitos desses casos com mortes de agentes pastorais, indígenas e camponeses. Um fato que merece ser destacado na tabela apresentada pela CPT, foi o envolvimento de órgãos federais que na teoria seriam regularizados para proteger comunidades tradicionais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA- e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI -, isso representa o aparelhamento do Estado em prol de grupos hegemônicos em detrimento a comunidades tradicionais ao longo dos séculos.

A atuação da Comissão Pastoral da Terra no Brasil escancarou um modelo perverso que há muito havia se estabelecido no país onde, sempre com o discurso de desenvolvimento e modernidade, comunidades tradicionais eram privadas de seus direitos pela terra, grupos eram violentados, famílias perdiam suas casas e eram considerados inimigos do “Desenvolvimento” estabelecido pelo modelo de sociedade capitalista.

Esses conflitos também foram intensos no Nordeste do país, como representa a tabela acima. Comunidades situadas nos Estados como o Maranhão, Pernambuco, Paraíba e Ceará, sofreram e continuam a sofrer com a contrapartida desse progresso capitalista, com o esfacelamento de suas culturas a partir de ações de empreendimentos de capital privado, como também por ações e projetos políticos desenvolvidos pelo Estado, a exemplo da política de Recursos Hídricos implantados no Ceará a partir dos anos de 1987, com a ascensão do chamado “*Governo Mudancista*”, liderado por um grupo de empresários que ascenderam na política cearense no período de redemocratização do Brasil.

A CPT E A LUTA CONTRA AS AÇÕES DO ESTADO NO CEARÁ

Um debate pertinente para a geografia do Ceará é a relação entre a política e a água, sobretudo a região ao qual conhecemos por Cariri. Por se tratar de um Estado marcado por um clima quente, geograficamente com características predominantes de clima semiárido, o debate envolvendo a água no Ceará quase sempre foi marcado por questões que perpassaram sua compreensão natural, transpassando o seu caráter natural de gerar e manter a vida, e tornou-se um debate político, gerando disputas e conflitos que envolvem o controle e a privatização do uso da água por grupos sociais e o Estado ao longo dos séculos, afinal de contas a relação entre

os seres humanos e a natureza (como se o ser humano não fizesse parte da natureza) é repleta de controvérsias, principalmente desde o advento do modelo de produção capitalista, que passou a entender a natureza como um produto a ser comercializado e, conseqüentemente, a privatização de muitas coisas antes consideradas um bem comum.

A atuação da Comissão Pastoral da Terra no Ceará foi (e continua sendo) muito intensa desde o seu processo de criação no Estado, mediando conflitos que vão desde embates sobre a privatização do uso da água, levantando questionamentos acerca da monopolização da terra e seu uso, ou ainda sobre a exploração de trabalhadoras e trabalhadores do campo. Por ser um Estado marcado, desde o período colonial, pela escravização de pessoas e pelo estabelecimento de extensos latifúndios que tinham como objetivo maior a criação e exportação do gado, a política no Ceará por séculos foi marcada pela relação paternalista entre fazendeiros e trabalhadores que ficou conhecida como *Coronelismo*, onde os latifundiários, por serem detentores de muitas terras, acabavam por dispor uma ínfima quantia desse espaço para que o camponês se estabelecesse enquanto que o camponês, em troca dessa sedição, seria submetido aos interesses do proprietário da terra, ofertando ao fazendeiro parte de sua produção da terra, como também a sua força de trabalho era destinada aos serviços do latifundiário.

Dessa forma, estudar a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Ceará é compreender que seu surgimento está ligado à um contexto de exploração e subalternização do campo/camponês que se desencadeou desde o período de colonização e que se perpetua até os dias atuais. Nesse caminho, a geógrafa cearense Danielle Rodrigues da Silva afirmou, em sua tese de doutorado defendida em 2016, que:

Entender, portanto, a história de implementação da Comissão Pastoral da Terra no Ceará requer reconhecer que está intimamente relacionada à situação de vulnerabilidade e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras nas fazendas de gado e ao papel exercido pela Igreja Católica com as Comunidades Eclesiais de Base, pelos Sindicatos e pelo Estado mediante as querelas desencadeadas nesses territórios, sendo esses seus precursores. (SILVA, 2016, p. 76-77)

Tal exploração mencionada pela autora supracitada não se restringe exclusivamente às ações dos setores privados, personificados pelos chamados coronéis nos últimos séculos, mas está marcado também pelas ações do Estado que oprimiu e oprime os territórios tradicionais, sejam estes camponeses, indígenas, quilombolas, com políticas públicas ditas desenvolvimentistas, mas que aflige o espaço de convivência de comunidades tradicionais. A exemplo de debate, uma das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado que representa bem nosso esse nosso diálogo, foi a implantação da política de Recursos Hídricos no Ceará.

Implantada em 01 de abril de 1987, pela lei N^o 11.306, a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do teve como objetivo diminuir os impactos causados pelas secas ao longo dos anos no Ceará. No entanto, a forma como se deu o processo de desenvolvimento dessa política impactou a vida de centenas de pessoas, foram impactadas desde comunidades camponesas a cidade inteira. A construção de reservatórios hídricos passou a desterritorializar esses grupos e resignificando esse espaço de convivência.

Na região do Cariri Cearense, desde o período de criação da Secretaria de Recursos Hídricos até o início dos anos 2000, período em que o chamado “*Governo mudancista*” esteve no poder, foram construídos quatro açudes de médio à grande porte, apresentados na tabela a seguir, e que impactaram comunidades camponesas com a destruição de seus territórios.

TABELA 1 – AÇUDES CONSTRUÍDOS ENTRE OS ANOS DE 1987 E 2002

Açude	Município	Capacidade M ³	Órgão executor	Ano de conclusão
Olho D'agua	Várzea Alegre	21.000.000	SRH; SOHIDRA;	1998
Ubalzinho	Cedro	31.800.000	SRH; SOHIDRA;	1999
Cachoeira	Aurora	34.330.000	SRH; SOHIDRA;	2000
Rosário	Lavras da Mangabeira	47.200.000	SRH; SOHIDRA;	2001

Fonte: Atlas dos Recursos Hídricos do Ceará

Segundo os dados da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, diversas famílias foram afetadas com as construções dos reservatórios hídricos. No município de Cedro, por exemplo, com a construção do açude Ubalzinho, ao todo foram impactadas 128 famílias, esse mesmo número também representa o total de atingidos na construção do açude do Rosário, no município de Lavras da Mangabeira, sendo que em Cedro foram reassentadas 58 famílias na agrovila e no município de Lavras da Mangabeira foram reassentadas 36 famílias, enquanto no município de Aurora houve um total de 99 famílias atingidas e 22 famílias sendo reassentadas¹.

Embora essas construções tenham se concretizado, destruindo o território de comunidades camponesas ao longo do Cariri Cearense a atuação da Comissão Pastoral da Terra,

¹Os dados sobre atingidos e reassentados da obra do açude Olho D'agua, no município de Várzea Alegre não foram disponibilizados na página virtual da Secretaria de Recursos Hídricos. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, alguns dados ainda não foram obtidos.

a partir de uma práxis territorial e de libertação, foi fundamental na organização e no processo de resistência desses grupos que, mesmo que buscassem, sem êxito, a sobrevivência de seus territórios, permaneceram na luta para que conseguissem um mínimo de dignidade possível em suas vidas após as construções, buscando uma alternativa à perspectiva de desenvolvimento apresentada pelo Estado.

Acerca do entendo sobre a práxis territorial é importante compreender como a atuação da Comissão Pastoral da Terra encorajou os camponeses na luta pela valorização de sua identidade e pela sobrevivência de seus territórios. Nessa discussão, faz-se necessário evidenciar a relevante análise de Saquet (2021) sobre a práxis territorial de libertação como objeto de estudo na geografia.

Segundo o autor:

Ao nos referirmos à práxis como objeto de estudos da Geografia nessa perspectiva da pesquisa-reflexão-cooperação, estamos direcionando nosso trabalho à vida dos/das indígenas e afrodescendentes, dos/das camponeses/as e pescadores/as, dos/das operários/as e artesãos/ãs, bem como de outros sujeitos que têm, normalmente, vida simples, como os encanadores, eletricitas, mecânicos, sapateiros, pedreiros, marceneiros, alfaiates, professores etc. ...A “práxis de libertação”, então, assim como a *Investigación-Acción-Participativa* (IAP), é um **movimento transtemporal-transterritorial**, inerente a uma **ciência popular e prática territorial**, processo perpassado por uma filosofia específica de vida cotidiana. (SAQUET, 2021, p. 47 e seg)

Nesse sentido, podemos compreender a práxis territorial como um caminho de luta/pesquisa que visa romper com o viés tradicional academicista, onde a perspectiva de desenvolvimento quase sempre está associada as condições econômicas, deixando às margens as culturas e as identidades territoriais. É na perspectiva da práxis territorial, segundo Saquet (2021), que os estudos são direcionados para onde foi excluído da ciência convencional, onde atores envolvidos nos contextos analisados se confunde entre pesquisado/pesquisador. Ainda de acordo Saquet (2021), a práxis territorial os estudos sobre a práxis podem ser analisados das seguintes formas:

i) **estudos da práxis de libertação do povo** (de fora dela e sobre ela), numa abordagem crítica de denúncia centrada na relação **sujeito-objeto**; ii) **estudos para a práxis popular e territorial**, subsidiando, de alguma forma, a resistência, a luta e o enfrentamento diante da opressão, dominação e colonização; iii) **estudos na práxis popular, feitos com os próprios sujeitos** “estudados” – destacados no início deste texto -, centrados na relação **sujeito-sujeito e voltados para a descolonização e contra hegemonia participativa, dialógica e co-constructiva**.(SAQUET, 2021, p. 49-50)

Analisando o pensamento do autor, destacamos o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra junto as atingidos por barragem numa perspectiva da *práxis territorial e popular*, participando ativamente com as comunidades desde a formação de Comunidades Eclesiais de

Base, como também participando e organizando reuniões com as comunidades para ouvir demandas e formular diálogos com o Estado. Durante os anos em que se seguiram as construções, foram diversas as reuniões que aconteceram entre as comunidades atingidas e a Comissão Pastoral da Terra, e em muitos dos diálogos se pode ver a CPT instigando as comunidades a tomarem consciência da situação e a buscarem seus direitos que estavam sendo usurpados pela ação do Estado.

Alguns desses diálogos entre a Comissão Pastoral da Terra e comunidades atingidas por barragem foram documentados em atas de reuniões, cadernos de campo e ou gravações audiovisuais. Nessas reuniões é possível perceber o engajamento da CPT nas lutas e a tomada de consciência por parte dos moradores. Na construção do açude Cachoeira, em 1998, no município de Aurora, um padre da CPT comenta sobre o que é ser cidadão e a importância de questionar as ações do Estado e não as aceitar passivamente. Na ocasião, ao comentar sobre o início da obra e a truculência da empresa com os habitantes, o membro da CPT proferiu o seguinte questionamento:

Nós temos a classe política, que são aqueles que são eleitos, que são delegados pra representar o povo, e nós também temos a classe civil, quem é a classe civil? A classe civil é exatamente aqueles que elegem, somos nós que fazemos o trabalho, que vivemos, que somos cidadãos na vida da comunidade, da sociedade. E também a gente tem que ter clareza de que quando a gente elege, a gente elege não para que eles façam o que eles bem querem fazer, mas eles têm que ser eleito pra fazer o que a classe civil realmente deseja que seja feito em função da cidadania, e essa reunião aqui é pra gente trocar ideias, é pra gente sentir como é que está se criando, como foi criado esse problema da questão aqui, o que a comunidade sabe a respeito da construção, se a comunidade sabe a respeito do que lhe é de direito e como a gente se organizar pra que a gente também possa, como cidadãos, reivindicar aquilo que deve fazer os representantes em função da comunidade. (Integrante da CPT do Ceará, 1998)

A atuação da Comissão Pastoral da Terra não se limita ao diálogo de instigação. Durante o período em que se desenvolveram tais construções no Cariri, a CPT atuou ativamente na organização de movimentos sociais que visavam a interrupção das obras, também na área de divulgação dos eventos, sempre preservando a integridade dos habitantes atingidos para que estes não fossem considerados como opostos à criação de políticas que beneficiassem os municípios. A CPT evidenciava, em seus discursos que a luta dos moradores era por condições de vida dignas, que suas culturas e identidades fossem preservadas.

As obras poderiam prosseguir e levar água a quem não teria acesso à água, mas seria necessário pensar na realidade social em que as comunidades atingidas se encontrariam depois das obras, qual o projeto de vida para as comunidades após as construções? Todos esses questionamentos faziam parte da luta da CPT no Cariri Cearense.

Outro fator que se faz importante destacar nesse processo de construção de reservatórios hídricos no Ceará foi a forma como a CPT conduziu os diálogos não só com os moradores das

comunidades, de forma isolada, mas também buscando a aproximação entre as comunidades, proporcionando que essas comunidades atingidas dialogassem entre si a fim de compartilhar as experiências de luta das comunidades que se encontravam em processo de desterritorialização e as estratégias de resistência das comunidades que estavam na iminência de serem impactadas. No decorrer das construções, a Comissão Pastoral da Terra realizou centenas de reuniões entre membros das comunidades atingidas, por exemplo, entre os anos de 1998 e 1999 alguns moradores das comunidades do sítio Cachoeira se deslocaram, junto com a CPT, até a comunidade do Rosário, para que pudessem dialogar sobre o caminhar das obras como também traçar estratégias de resistência. Esses movimentos em rede organizados pela Comissão Pastoral da Terra tinham como objetivo fortalecer o sentimento de classe na luta por ideais comuns, “a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes”. (THOMPSON, 1987, p.17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, discutir os conflitos socioterritoriais no Ceará é compreender que todo esse debate não surgiu no século atual, mas que tudo isso é fruto de um processo de colonização e subalternização da natureza e dos grupos habitantes não só da região específica, mas um projeto global de subalternização das populações americanas tendo como norte o processo de civilização modernizada e progresso científico ocidental.

Seguindo os pensamentos de Marcos Aurélio Saquet (2021) sobre a pesquisa da práxis territorial se faz importante mencionar que nosso trabalho se estabelece a partir de um movimento socioterritorial e espacial específico, os atingidos por barragem no Cariri cearense. Nessa atmosfera, o nosso diálogo se direciona para a análise e discussão do processo de resistência por parte das comunidades atingidas tendo a Comissão Pastoral da Terra como principal apoio ao enfrentamento contra as ações do Estado.

Buscamos compreender como se deu o processo de criação de uma comissão institucional nascida a partir da Igreja Católica do Brasil que, caminhando na contramão da hierarquia política da Igreja no contexto, buscou engajar-se na luta em favor dos oprimidos a partir da “teologia da libertação” e que tinha como princípios a libertação do camponês das injustiças sociais, a luta contra a tomada de direitos do camponês e a opressão e os crimes no campo.

Desde o início de sua atuação, a partir anos de 1970, a Comissão Pastoral da Terra escancarou e documentou uma série de conflitos que se alastravam ao longo do país, conflitos

por terra, conflitos pelo uso e privatização da água, mostrando uma outra face do chamado progresso e suas atrocidades, instituído pelo Estado como benefícios para todos. Embora todas essas obras apresentadas no Ceará tenham se concretizando, passando as desterritorializar as comunidades em questão, a atuação da Comissão Pastoral da Terra mostrou o poder de resistência do camponês em permanecer na luta contra as injustiças, instigando os camponeses a encarar de frente e ir contra essas ações, em outro sentido, a Comissão Pastoral pôs em ação a práxis popular e territorial ao valorizar o saber, a cultura e as identidades dos camponeses pois, como muitos integrantes da CPT costumam dizer, a instituição CPT é somente uma mediadora desses conflitos, os verdadeiros protagonistas são os camponeses, que lutam cotidianamente buscando preservar sua identidade diante de um cenário que por séculos vêm desconstruindo culturas regionais em prol de projetos políticos globais, transformando o espaço natural em mercadorias capitalistas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Amone Inácia. O jeito CPT de fazer formação – a Comissão Pastoral da Terra ensina e aprende com trabalhadores rurais. **Revista Práxis educacional**, v. 13, n. 26, p. 181-195, 2017.
- BATISTA, Joalysson Severo. **Memórias do sítio cachoeira de Aurora-CE: tradições e histórias submersas pelas águas de um projeto político (1989-2000)**. 2020. f. 99. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA**, v. 1, n. 6, p. 14-34, 2005.
- GÓMEZ, Salustiano Alvarez. A teologia da Libertação na América Latina. **Cadernos de História**, v. 10, n. 13, p. 24-46, 2008.
- GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do assentamento Zumbi dos Palmares**. 2012. f. 136. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2012.
- IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986**. 1. Ed. São Paulo: Editora de Humanidades, Ciência e Tecnologia, 1996.
- LIMA, Javert de Souza. O trabalho perante o cristianismo social. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 12, n. 1, p. 7-12, 1961.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, p. 331-341, 2007.

PELOSO, Ranufo (Org.). **Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra**. 1. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PINTO, Lucas Henrique. La influencia de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) em la formación del Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST): breve análisis teórico-documental del papel de la religión em los conflictos Sociales em Brasil (1954-1984). **Revista Estudios Sociales**, v. 1, n. 51, p. 76-88, 2015.

POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. 1. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. O cristianismo social de 1948. **Revista de História das Ideias**, v. 9, p. 481-494, 1987.

SAQUET, Marcos Aurélio. Dos desenvolvimentos à práxis territorial de libertação como objeto de estudo da geografia. **Revista Territorial**, v. 10, n. 1, p. 34-63, 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. **Revista GEOTEMA/AGEI**, v. Especial, p. 5-16, 2019.

SILVA, Danielle Rodrigues da. **Comissão Pastoral da Terra Ceará: uma geostória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. 2016. f. 206. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.